

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO OFICIAL

SECAOI - PARTE II

DECRETO Nº 46.237 - DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO XVII - Nº 36 : -

CAPITAL FEDERAL

SEGUNDA-FLIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 1975

### MINISTERIO FAZENDA DA

na cidade de São Paulo (SP).

Com fundamento no disposto no artigo 51 e parágrafo único, da mesma lei, e considerando haver, nesta data, decretado intervenção no Banco Crecif de Investimentos S. A., estabelecer identico regime para a Crecif-Crédito, Financiamento e Investimentos S. A., com sede na Avenida Rio Branco, número 147 — 8° andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, nomeando interventor, com plenos poderes de gestão, O Senhor Oswaldo Mendonea Moreira, brasileiro, casado, funcionário do Banco Central do Brasil, domiciliado e residente na cidade do Rio de Janeiro (GB).

Com fundamento no disposto no ertigo 51 e parágraio unico, da mesma lei, e considerando haver nesta data decretado intervenção no Banco Crecif — Distribuidora do Títulos e Valores Mohiliários S. A., com sede na Avenda Rio Branco, numero 147—8º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, nomando interventor com plenos poderes de gestão o Er. Oswaldo Mendonça Moreira, brasileiro, casado, funcionário do Barco Central do Brasil, domiciliado e residente na cidade do Rio do aneiro (GB).

decretado intervenção no Banco Checif de Investimentos S. A., estabelecer idêntico regime para a Montenegro 1º da Lei nº 6.024, de 13 de mare co de 1974, resolve

Com fundamento no disposto no attigo 2º, inciso I, da mesma lei, decretar intervenção no Banco da Economia de São Paulo S. A., com sede na Rua Amador Bueno, número 82, na cidade de Santos, Estado de Santos, Estado de Santos, Estado de Santos, Estado de Santos (Estado de Central do Brasil, residente e domicologo na cidade do Recife (PE).

oliació na cidade do Recife (PE).

Com fundamento no disposto no artigo 7, inciso I, da mesma Jel, decretado intervenção no Banco Crecif de Investimentos S.A., com sede na Rua do Imperador Pedro II, nº 390, na cidade de Recife, Estado de Pennambuco, para o que nomeia interventor com plenos poderes de gestão o Senhor Paulo (Recife, Casado, funcionário do Banco Crecife de Investimentos S.A., com sede na Rua do Imperador Pedro II, nº 390, na cidade de Recife, Estado de Pennambuco, para o que nomeia interventor com plenos poderes de gestão o Senhor Hélio de Souza e Silva, brasileiro, casado, funcionário do Banco Central do Brasil, residente e domiciliado na cidade de São Paulo (SP).

Com fundamento no disposto no artigo 51 e parágrafo mestrator com plenos poderes de gestão o Senhor Hélio de Souza e Silva, brasileiro de Recife (PE).

Com fundamento no disposto no artigo 51 e parágrafo mestrator com plenos poderes de gestão o Senhor Paulo dade de Recife (PE).

Com fundamento no disposto no artigo 51 e parágrafo mestrativo do Brasil, domiciliado e residente na oldade de Recife (PE).

Brasil, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Art. 41, combinado com o Art. 1°, da Lei nú-mero 6.021, de 13 de março de 1974,

Nomear a comissão abaixo, para proceder a inquérito no Banco da Eco-nomia de São Paulo S. A., com sedo na Rua Amador Bueno número 82, na Cidade de Santos, ora 20b regimo de intervenção:

Presidento — Dr. Alvaro Roberto Mendes Gonçaires, advogado do Fian-co Central do Brasil, lotado em sua Delegacia Regional no Estado de São

Membros — Heurique Cristaldi Rosa e Jayr Viegas Gavaldão, ambos fun-cionários de Banco Ceitral de Brasil, também lotados em sua Delegacia Re-gional no Estado de São Paulo.

Nomear a Comissão abaixo, para proceder a inquérito no Banco Crecif de Investimentos S. A., com sede na Rua do Imperador Pedro II, número 390, Recite (PE), ora sob o regime de intervenção:

miciliado e residente na cidade do Rio do aneiro (GB).

Com fundamento no disposto no artigo 51 e parágrafo único, da mesma lei, e considerando haver nesta data Estado de São Paulo; e

Membros — Geraldo Meretzsohn de com sede na Rua Largo do Rosário Castro e Giauco de Boa Viagem Sandoval, ambos funcionários do Banco Central do Brasil, também lotados em sua Delegar a Recental no Estado de Presidente — Dr. Paulo de Moraes Pereira, advogado, funcionário do São Paulo.

Nomear a Comissão abaixo, para proceder a inquérito na Crecif Crédi-to, Financiamento e Investimentos S. A., com sede na Avenida Rio Branco numero 147 — 8º andar, Rio de Janeiro (GB), ora sob o regime de intervenção:

Presidente — Dr. Orty Magalhaes Machado, advogado, funcionário do Banco Central do Brasil, lotado em sua Delegacia Regional no Estado da Guanabara; e

Membros — José Dalvio Rangei e Danúbio dos Santos Creapo, ambos funcionários do Fanco Central do Brasil, também kotados em sua Dele-gada Regional no Estado da Guana-bara.

Nomear a Comissão abaixo, para procedor a inquérito na Crecif Dis-tribuidora do Titulos e Valores Mo-biliários S. A., com sede na Avenida Rio Branco, número 147 — 8º andar, Rio de Janeiro (GB), ora sch o regime de intervenção:

Presidente — Dr. Orty Magaliñes Machado, advogado, funcionário do Banco Central do Brasil, lotado em sua Delegacia Regional no Estado da Guanabara: e

Membros — José Dalvio Rangel e Danúbio dos Santos Crespo, ambos funcionários do Banco Central do Brasil, também lotados em sua Delegacia Regional no Estado da Guana-bara.

Nomear a Comissão abaixo, para proceder a inquerito na Montenegro Serur — Corretagem de Titulos Mo-Serir — Correlagem de Itulos Mo-billários S. A., com sede na Rua do Imperador Pedro II, número 390, Re-cite (PE), ora sob o regime do in-tervenção:

Presidente — Dr. Paulo Moraes re-reira, advogado, funcionário do Ban-ce Central do Brasil lotado em sua Delegacia Regional no Estado de Per-nambuco; e

Membros — Mauricio Xavier e Nivan de Azevedo Correia Vasconcelos amb a funcionarios do Banco Central do Brazil, tambén lotados em sua De-legaçãa Regional no Estado de Pernambuco.

Nomear a Comissio abaixo, para proceder a Inquérito na Crecif S. A. A-DF. 75-88 — financiadora Velks-Consultoria Leasing e Administração, wagen S. A. — Crédito, Financia-

Presidente — Dr. Paulo de Moraes Pereira, advogado, funcionário do Banco Central do Brasil, lotado em sua Delegacia Regional no Estado de Pernambuco; e

Membros - Mauricio Xavier e Nilvan de Azvedo Correia Vasconcelos, ambos funcionários do Bunco Central do Brasil, também lotados em sus Delegacia Regional no Estado de Peranmbuco.

Brasilia, 24 de tevereiro de 1975. Paulo II. Pereira Lira, Presidente.

### GERENCIA DE MERCADO DE CAPITAIS

DESPACHOS DO DIRETOR

De 5 de fevercies de 1975, deferindo, na forma dos pareceres, o reons-rido nos processos números:

Sociedade Distribuidora

Mudança de Denominação -Rejorma de Estatuto

A-GB-74-181 - Sabba Distribuidora S. A. — Titulos e Valores Mobiliarios — Adolada a denominação "Sovalores S. A. — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliarios", — A. G. E. de 7 de março de 1974 e 25 de julho de 1974.

- Transferência de Sede - Iteforma de Estatuto:

A-GB. 74-181 - Sabbá Distruldora A.-GB. 74-181 — Sabba Distruidora S. A. — Títulos e Valores Mobilia-rios em transformação para "Sovalo-res S. A. — Distribuidora de Títulos e Valores Mobillários". — Do Rio de Janeiro (GB) para São Paulo (SP) — A. G. E. de 7 de março de 1974 e 25 de julho de 1974.

—Instalação de Dependências:

A-GB. 74-181 — Sabbá Distribuidora S. A. — Titulos e Valores Mobilários em transformação para "50-valores S. A. — Distribuidora de Títulos e Valores Mobilários". — No Rio de Janeiro (Gr) — A.G.E. de ? de março de 1971 e 25 de juito de 1974 1974.

De 17 de fevereiro de 1975, deferindo, na forma dos pareceres, o re-querido nos processos números:

Sociedade de Crédito Financiamento e Investimentos

Instalação de Dependências:

DOCUMENTO ILEGÍVEL

### Morário da Redaçãe

O Setor de Redação funciona, para atendimento do públigo, das 12 às 18 horas.

### Dos Originais

As Repartições Públicas deverão entregar no Serviço de Comunicações do Departamento de Imprensa Nacional, atê as 17 horas, o expediente destinado à publicação.

Os originais para publiração, devidamente autenticados, deverão ser datilografados diretamente, em espaço dois, em papel acetinado ou apergaminhado, medindo no máximo 22 x 33 cm, sem emendas ou rasuras. Serão admitidas cópias em tinta preta e indelével, # eritério do D.I.N.

- Os originais encaminhados à publicação não serão res-Utuidos às partes, ainda que não publicados.

### Reclamações

As reclamações pertinentes à materia retribuida, nos casos de erro ou omissão, deverão ser formuladas por escrito ao Setor de Redação, até o quinto dia útil subsequente à publicação.

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL EXPEDIENTE

OMETER-BERRY ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

DIRECON DE DIVIERO DE PUBLICAÇÕES J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO JANGHES BOWN IF SO 145HB MARIA LUZIA DE MELO

### DIÁRIO OFICIAL

SECÃO : PARTE II

Orgãn destinado à publicação dos atos de administração descentralizada Lagresso au olicinu do Departamento de Impressa Nacional

### BRASILIA

### ASSINATURAS

Repartições e Particulable			Funcionários		
Semestra ************	Cr\$	57.50	Semetire	Cr3	43.00
And reseasors and	Cij	115,00	ADS	C:	86,00
Exterior			Exterior		
AEG «3636399++++	Cel	165.00	AME RESESSESSESSESSES	Cor	136.60

### PORTE AEREO

contratado separadamente com a Delegacia Regional de E.C.T., (Empresa Brasileira de Corratos a Telégrafos). em Brasilia.

- O preçe de númere avulse ligura no último página de coda exemplar.
- O preço do exemplas atrasado será cerescido de Cr\$ 0,30, 22 do mesmo ano, e de Cr\$ 0.50 por ano, se de enos anteriores.

### Assinaturas

- As assinaturas para o exfarior serão anuais.
- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso
- Para evitar interrupção na remessa dos órgãos oficiais, a renovação de assinatura deve ser solicitada com trinta (30) dias de antecedência.
- As assinaturas das Repartições Públicas serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de marco
- Os Suplementos às edlções dos órgãos oficiais só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.
- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ses encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

### Remessa de Valores

A remessa de valores deverã ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque, através do Banco do Brasil, a favog do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional, acompanhada de esclarecimentos quanto à sua aplicação.

mento e Investimentos, Em São Pau-lo (SP), Bauru (SP), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (GB), Brasilia (DF), Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG) Curitiba (PR) e Belém (PA). Reunião da Diretoria da 20 de dezembro de 1974 de 20 de dezembro de 1974.

### Sociedade Distribuidora

- Aumento de Capital - Altera-ção Contratual:

A-SP. 74-265 -- Valmax -Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. -- De Cr\$ 200.000,00 para Cr\$ 234.000,00 -- Instrumento de 12 de agosto de 1974.

· Instalação de Dependência -Alteração Contratual:

A-SP. 74-265 — Valmax — Distri-buidora de Tiulos e Valores Mobiliá-rios Ltda. — No Rio de Janeiro (GB) instrumento de 12 de agosto de

### Cancelamento de Publicação

Considere-se cancelada a publica-ção constante do Diáno Oficial da União de 17 de levereiro de 1975, pa-gina 469, 1ª coluna, linhas 22 a 27, do seguinte teor:

### - Autorização para Funcionar:

A-GB. 74-777 - INCAF -- Correto-ra de Câmbio e Titulos Mobiliários Ltda. -- No Rio de Janeiro (GB) --Instrumento de 11 de outubro de 1974.

### Retificações

No Diúrlo Oficial de 3 de fevereiro de 1975 (Seção ) Parte II) página 369, 1º coltura, duna 21: Onde se lê: A-GB-74-0050 ... Leia-se: A-GB, 75-0020 ...

No Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 1974, Seção I — Farte II, página 4601, 1º couna, 1 nha 22: Ondo se lê: De Cr\$ 22.716.000,00 para Cr\$ ... Leia-se: De Cr\$ 22.716 000,00 para

### INSPETORTA DE BANCOS

DESPACHO DO CHEFE DA DIORG | Reforma de estatutos enclais

cesso n.º:

Em 12 de fevereiro de 1975, nos termos do Parecer, o requerido no pro-cesso n.º:

DF 16-75 — Cooperativa de Crédito Sul Riograndense Lida. — Porto Alecesso n.º:

# MINISTÉRIO Dos transportes

### DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

PORTARIAS DE 3 DE FEVEREIRO DE 1975

O Vice Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ro-dagem, usarao da atribuição que lhe confere o attigo 65, incisos V e XIII. de Regimento do D.N. E.R., aprova-do pela Portaria nº 36, de 13 de ja-neiro de 1975 do Ministro dos Transportes, resolve:

portes, resolve:

Nº 180 — Delegar competencia go Chefe do 1º Distrito Rodoviario Federal, para autorizar a execução de dicitação son a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodo: laria, referentes a terraplenagem, drenagem, pavimentação, pontes e edificações, bem como a medioramentos e restaurações de obras de arte.

Nº 181 — Delegar competência ao Nº 181 — Delegar competência ao Rodoviária, referentes a terraplenagem, drenagem, pavimentação, pontes e edificações, bem como a medioramentos e restaurações de obras de arte.

construção rodoviária, dicrentes a terrapienagem, drenagem, pavimentação, pontes e edificações, bem como a melhoramentos e restaurações de como do nato de como de com a melhoramobras de arte.

obras de arte.

Nº 182 — Delegar competência ao Chore do 6º Distrito Rodoviario Federal, para autorizar a execução de licitação seb a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do dispusto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a terraplenagem, drenagem, pavimentação, pontes e edificações, hem como a melhoramentos e restaurações de obras de arte.

da de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 206, de 25 de fevereiro de 1967, e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, reterentes a terrapienagem, drenagem, pavimenta-ção, pontes e edificações, bem como a melhoramentos e restaurações de

a melhoramentos e restaurações de obras de arte.

Nº 185 — Delegar competência ac Chefe do 9º Distrito Rocoviário Federal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 26 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.149, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de constução rodoviária, references a terraplenagem, drenagem, pavimentaçõu, pontes e edificações, bem como a melhoramentos e restaurações de obras ihoramentos e restaurações de obras

de arte.

Nº 185 — Delega. competêrcia no
Chefe do 10º Distrito Rodoviário Federal, para autorizar a execução de
licitação sob a modalidade de Tomade Preços, na forma do 4/200 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1987 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodovária, references a terraplenagem, drenagem, pavimentação, pontes e edificações, bem como a me-lhoramentos e restaurações de obras de arte.

Nº 187 — Delegar competência ao Chefe do 11º Distrito Rodeviario Federal, para autorizat a execução de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, meiso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodeviária, referentes a terranlemente de de construção rodeviária, referentes a terranlemente. Nº 181 — Delegar competència ao Chefe do 5º Distrito Rodoviàrio Federal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, meisos II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a terraplenagem, drenagem, pavimentação sob a modalidade de Tomada do Artigo 127, meisos II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto-lei nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a terraplenagem, drenagem, pavimentação sob a modalidade de Tomada do Artigo 127, meisos II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto-lei nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a terraplenagem, pavimentação por 30. Nº 184 — Delegar competência ao Chefe do 8º Distrito Rodoviário Federal para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomada do Artigo 127, meisos II, do Decreto-lei nº 200, de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a terraplenagem, pavimentação por de 1967 e do disposto no Decreto-lei nº 200, de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a terraplenagem, pavimentação por de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a terraplenagem, pavimentação por de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de fev

DOCUMENTO ILEGÍVEL

Nº 188 — Delegar competência ao Chefe do 12º Distrito Rodoviário Federal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Toma-licitação sob a mo

ae obras de arte.

Nº 189 — Delegar competência ao Chefe do 13º Distrito Rodoviário Federal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, pontes e edificações, bem como a melhoramentos e restaurações de Obras de arte.

Nº 190 — Delegar competência ao Chefe de 1973, para as obras e serviços de construção rodoviária, referentes a terraplenagem, drenagem, pavimentação, pontes e edificações, bem como a melhoramentos e restaurações de Obras de arte.

Nº 190 — Delegar competência ao Chefe de 1973 para as obras e serviços de construção rodoviária, referentes a terraplenagem, drenagem, pavimentação, pontes e edificações, bem como a melhoramentos e restaurações de Obras de arte.

Nº 190 — Delegar competência ao Chefe de 1970 para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 290, de 25 fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para as obras e serviços de construção rodoviária, referentes a terraplenagem, drenagem, pavimentação, pontes e edificações, bem como a melhoramentos e restaurações de Obras de arte.

Nº 190 — Delegar competência ao Chefe do 14º Distrito Rodoviário Federal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 227. inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a terraplenagem, drenagem, pavimentação, pontes e edificações, bem como a melhoramentos e restaurações de obras de arte.

nentos e restauraçõez de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a terraplenagem, drenagem, navimentação, pontes e edificações, bem como a melhoramentos e restaurações de obras de arte.

Nº 192 — Delegar competência con como a melhoramentos e restaurações de rodovias, locação de equipamentos rodoviários de propriedade de construção rodoviária, referentes a terraplenagem, drenagem, navimentação, pontes e edificações, bem como a melhoramentos e restaurações de obras de arte.

Nº 192 — Delegar competência no Chefe do 16º Distrito Rodoviario Federal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a terraplenagem, drenagem, pavimentação, pontes o edificações, bem como a melhoramentos e restaurações de obras de arte. obras de arte.

melhoramentos e restaurações de obras de arte.

Nº 193 — Delegar competência ao Chefe do 17º Distrito Rodoviário Federal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a terraplenagem, drenagem, pavimentagen, para autorizar a execução de construção rodoviária referentes a terraplenagem, de arte.

Nº 194 — Delegar competência ao Chefe do 18º Distrito Rodoviário Federal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de construção rodoviária, referentes a de fevereiro de 1967 e do disposto fo de propriedade de Tomado de con

obras de arte.

Nº 197 — Delegar competência ac Chefe do 1º Distrito Rodoviário Federal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de conservação, melhoramentos e restaurações de rodovias, locação de equipamentos rodoviários de propriedade de ferceiros.

terceiros.

Nº 200 — Delegar competência ao Chefe do 4º Distrito Rodoviário Federal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73,140, de 9 do novembro de 1973, para obras e serviços de conservação, melhoramentos e restaurações de rodovias, locação de equipamentos rodoviários de propriedade de terceiros.

licitação sob a modalidade de Toma-da de Preços, na forma do artigo 127. inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 3 de novem-bro de 1973, para obras e serviços de conservação, melhoramentos e restau-rações de rodovias, locação de equi-pamentos rodoviários de propriedado de terceiros.

Nº 204 Delegar competência ao Chefe do 8º Distrito Rodoviário Fe-deral, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Toma-Inctação sob a modalidade de Toma-da de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-1el nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 3 de novem-bro de 1973, para obras e serviços de conservação, melhoramentos e restau-rações de rodovias, locação de equi-pamentos rodoviários de propriedade de terceiros.

Nº 205 — Delegar competência ao Chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade do Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 3 de novembro de 1973, para obras e rerviços de conservação, melhoramentos e restaurações de rodovias, locação de equipamentos rodoviários de propriedade de terceiros. de terceiros.

de terceros.

Nº 206 — Delegar competência ao Chefe do 10º Distrito Rodoviario Federal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de conservação, melhoramentos e restaurações de rodovias, locação de equipamentos rodoviarios de propriedade de terceiros.

terceiros.

Nº 199 — Delegar competência ao Chefe do 3º Distrito Rodoviário Foderal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, do 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de conservação, melhoramentos e restaurações de rodoviário se res

de terceiros.

Nº 208 — Delegar competência ao Chefe do 12º Discrito Rodoviário Federal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decre el nº 200, de 25 de fevereiro de de 10º 200, de 25 de fevereiro de 10º 200, d rações de rodovias, locação de equipa-mentos rodoviários de propriedade de terceiros.

Nº 209 — Delegar competência ao Chefe do 13º Distrito Rodoviário Federal, para autorizar a exerução de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inoiso II, do Decreto-lei 1º 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de conservação, melhoramentos c estaturações de rodovias, locação de equipamentos rodeviários de propriedade de terceiros.

licitação sob a modalidade de Tomas-de de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 meiso II, do Decreto-lei IV 200, de 2a de fevereiro de 1867 e de disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de conservação, melhoramentos e restaurações de rodovias, locação de equipamentos rodoviários de propriedade de terceiros. terceiros.

Nº 212 — Delegar competência ao Chefe do 16º Distrito Rodoviário Federal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200. de 25 de fevereiro de 1967 e 10 disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de conservação, melhoramentos e restaurações de rodovias, locação de equipamentos rodoviários de propriedade de terceiros, terceiros.

Nº 213 — Delegar competência ao Chefe do 17º Distrito Rodoviário Federal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomalicitação sob a modalidade de Toma-da de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de nevembro de 1973, para obras e serviços de con-servação, melhoramentos e estaura-ções de rodovias, locação de equipa-mentos rodoviários de propriedade de terceiros terceiros.

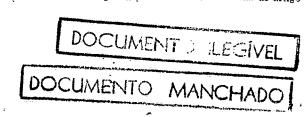
Nº 214 -Nº 214 — Delegar competência ao Chefe do 18º Distrito Rodoviário Federal, para autorizar a execução de licitação sob a modalidade de Tomalicitação sob a modalidade de Toma-da de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fovereiro de 1967 e 10 disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serios de con-servação, melhoramentos e restaura-ções de rodovias, locação de equipa-mentos rodoviários de propriedade de terceiros. terceiros.

Nº 215 — Delegar competência ao Chefe do 20º Distrito Rodoviário Fe-deral, para autorizar a execução de lioitação sob a modalidade de Toma-Nº 215 da de Preços, na forma do artigo 127, inciso II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do disposto no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, para obras e serviços de con-

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe con-fere o artigo 61, item XVIII do Regi-mento do DNER aprovado pela Por-taria MT-36, de 13-1-76, resolve:

Nº 292 — Conceder exoneração do Quadro de Pessoal desta Autarquia, na forma do disposto no item I, do artigo 150, da Lei nº 1.711-52, ao seravidor Ivan Cavalcante Gomes, matricula nº 2.262,969, Mensageiro, misual 1 letado ao 20 Financia de Contra vel 1, lotado no 3º Distrito Rodoviá.

Nº 293 — Conceder expneração do Quadro de Pessoal desta Autarquia, na forma do disposto no tem 1, do artigo 75, da Lei nº 1, 11-52, ao acridor Antonio de Pádua Siqueira Brandão, matr. nº 1.058 392, Escrevente-datilógrafo, nivel 7, lotado no 18º Distrito Rodoviário Federal



Nº 315 — Designar o servidor Au-tonio Sales de Carvaiho, matr. nú-mero 1.993.237, para desempenhar neste Departamento, as funçon de Ajudante constante da Tabela de Ajdanie, constante da labela de Gratificações pela Representação de Gabinete, publicada no Uturio Oficial, de 26-4-72, com a gratificação mensal de Crs 475.00 (quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros).

Nº 316 — Designar a servidora Eu-ridice Cavalcante da Silva, matricula nº 15.926, para desempenhar neste nº 16,926, para desempentar teste Departamento, as funções de Ajudante, constante da Tapera de Gratificações peia Representação de Gabinete, publicada no Diario Oficial, de 26-4-72, com a gratificação mensas de Cr\$ 595,00 (quinhentos e noventa e cinco cruzeiros).— Stante, politor o Coral venta e cinco cruzeiros). - Sta Fortes Baptista, p/Diretor Goral.

## Diretoria do Pessoal

### PORTARIAS DE 12 DE FEVEREIRO DE 1975

O Diretor da Diretoria de Pessoal usando da competência delegada pelo Senhor Diretor-Geral, através da Portaria n.º 668, de 23 de abril de 1971, publicada no Drário Oficial da União do 5 de maio de 1971, resolve;

Nº 309 — Designar o Engenheiro Henrique Cocino sacock de .a. 11. tricula nº 1.814, contratado, para responcer pelo expediente da .a. 200 CEngenharia e Segurança de Transico.

N.º 310 — Dispensar o servidor Plauto Barbosa de Paula, matricula n.º 1.609.400, da função de substituco do Chefe do Serviço de Cussificação de Cargos e Empregos, da Divisão de Classificação e Cadastro, da Diretoria de Pessial, ef seus impedimentos even-

N.º 311 — Designar a servicora Nilce de Almeida Ritto, marricula nu-mero 8.414, para substituir o Grefo do Serviço de Classificação de Cargos e Empregot, da Divisão de Classificagac e Cadastro, da Diretoria de Pes-soal, em seus impedimentos eventuais, — Mauricio Couto Cesar.

### PORTARIA N.º 317, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1975

O Diretor da Diretoria de Pessoal usando da competência delegada pele Senhor Diretor-Geral, através da Portaria n.º 668, de 23 de apri de 1911. publicada no Didrio Oficial da União de 5 de maio de 1971, resolve.

Designar o Ten. Cel. R-1 Jordel da Fonseca Walker, matricula númera 2.179.433, para responder pelo expediente da Divisão de Policia Rodoviaria Federal, da Diretoria de Trinsita.

— Mauricio Couto Cesur.

### Procuradoria Geral

PORTARIA DE 31 DE JANEIRO

na forma do disposto no item 7, 20 dagem, no uso de suar pretrocativa, artigo 75, da Lei nº 1.711-52, ao servidor Daury Braga Santos, matricula nº 2.147.517, Laboratorista, nivel 9, lotado no 6º Distrito Rodovistis Federal.

Nº 301 — Conceder exoncração do Quadro de Pessoal desta Autarquia, na forma do disposto do item 1, do artigo 75, da Lei nº 1.711-52, ao servidor Augusto Farada, matr. númeto 2.149.743, Condutor de Topogralia, nivel 11, lotado no 8º Distrito Rodovista forma do disposto do item 1, do artigo 75, da Lei nº 1.711-52, ao servidor Augusto Farada, matr. númeto 2.149.743, Condutor de Topogralia, nivel 11, lotado no 8º Distrito Rodovista federal. — Stantoy Fortes Baptisto, phDiretor-Geral. Fortes

O Chiefe da Divisão de Material, tendo em vista o disposto na Portária DG-156-67, do Sr. Diretor-Geral, e constante do processo 28.781-74, resolve aplicar à firma Casa Titus S.A. Indústria e Comércio, situada à Avendida Marechal Floriano, 142-140, neste da diade a multa de Cr\$ 367,68 (trezentos e sessenta e soto cruzeiros e sessenta e soto cruzeiros e sessenta e oito centavos), por ier sido ultrapassado em mals de 36 dias, o prazo de entrega catabelecido na Nota de Empenho 1º 5.185-74.

Deste ato caberá recurso dirigido ao Sr. Diretor-Geral do DNER dentro direito a recorrer, se não for recolhido o valor citado à Tesouraria do DNER dentro do prazo estabelecido, sujeitando-se nesse caso, a cobrança judicial.

Rio de Janeiro GR 5 de fevereiro de Regimento aprovado pelo Decerbo de Regimento aprovado pelo Decerbo de Poresidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, no uso des atribuições que lhe são conferidos no inciso V, do artigo 23, do Regimento aprovado pelo Decerbo de Regimento aprovado pelo Decerbo de Poresidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, no uso des atribuições que lhe são conferidos no inciso V, do artigo 23, do Regimento aprovado pelo Decerbo de Regimento aprovado pelo Decer

Rio de Janeiro, GB, 5 de fevereiro e 1975. — Pedro Juaqueira Ferraz.

### **DEPARTAMENTO NACIONAL** DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

PORTARIA N.º 22, DE "7 DE JANEIRO DE 1975

O Diretor-Geral do Deportamento Nacional de Portos e Vias Navegaveis, no uso da atribuição que lhe confere a letra "h", do artigo 9.º, comb nado com o § 5.º, do artigo 23, da "lei 13-mero 4.213, do 14 de feverero do 1963,

resolve:
Alterar a Portaria número 352-DG,
de 8 de agosto de 1966, publicada no
Diário Oficial da União, de 19 do mesmo mês e ano, que considerou aposentado a partir de 13 de inabo de
1964 Umbelino José de Linno, para delavor que o procentadoria, para apre-1964 Umbelino dose de Linn, para de-clarar que a aposentadoria em apre-ço deverá ser considerada efetivada no cargo de Marceneiro A-603.8.A, de acordo com o artigo 176, item II, com binado com o artigo 178, item III, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952. — Arno Oscar Markus.

### PORTARIA N.º 24-DG, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1978

O Diretor-Geral do Dopo tamento Nacional de Fortos e Vias Navegaveis no uso da atribuição que lhe confere a letra "h", do artigo 9., combinado com o § 5., do artigo 23, da Lei nú-mero 4.213, de 14 de fevereiro ce 1963 resolve:

Aposentar, no Quadro de Pessoal desta Autarquia — Parte Pormanente, aprovado pelo Decreto número 51,897, de 9 de abril de 1963 e revisto pelo De-creto n.º 69,812 de 21 de dezembro de creto n.º 69.812 de 21 de 302embro de 1971, publicado no Diario Oficial da Cnião — Soção I — Parte I — de 23 seguinte Gianlorenzo Schattine, Oficial de Administração 17-201.12A de acordo com o artigo 181, item I combinado com o artigo 102 item II, da Constituição da República Federativa de Partil. O Procurador Geral do Departa- da Constituição da República Federa- Artigo 56 do Decreto-lei mento Nacional de Estradas de Ro- liva do Brasil. — Arno Oscar Mercus. 28 de Jevereiro de 1967.

PORTARIA N.º 31, DE 13 DE disposto no Artigo 75, item I, da Le feverestro DE 1975 n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o Artigo 3.º, do Decreto Nacional de Portos e Vias Navegavala, Regino Maria Antunes de Azevedo de 100 nos das atribulções que lhe cão cargo de Datifografo AP-503.7-A, noconferidas pelo Artigo 11, § 3.º, item 7, meada conforme Portaria n.º 142-DG de Regimente aprovado pelo Decreto de 18 de abril de 1963, publicada no número 58.924, de 2 de maro de 1968 p. P. número 1 de 16 de abril de 1963 e no Diário Oficial número 135 de 18 de julho de 1963. — José Guimarães Barreiros Diretor-Gera; — de outubro de 1971, de seordo com o Substituto.

# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

### INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

no uso des atribuições que lhe são conferidas no inciso V, do artigo 23, do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 62.018, de 29.12.67, resolve:

Excluir da Tabela Extinta de Pes-soal Temporário (CLT), aprovada pela Portaria Ministerial n.º 140, de 20 de Portaria Ministerial n.º 144, de 20 de abril de 1972, publicada no Diário Oficial de 2.5.72, a Assistento Admi-nistrativo, Yone Melo da Costa, lo-tada na Delegacia Estadual de IBDF na Guanabara. (Processo n.º 378-75). — Paulo Azevedo Berutti.

### SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA

PORTARIA N.º 46, DE 6 DE FEVEREIRO DE 1975

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca Superinten-SUDEPE, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 10, inciso XI, do Decreto n.º 73.632, de 13 de fevereiro de 1974, tendo em vista o dis-

posto no parágrafo único do Art. 6.7 do Defreto n.º 71.236, de 10 de outu-bro de 1972, e Art. 4,9 do Decreto nú-mero 74.849, de 8 de novembro de 1974, revolve:

Nomear Arthur Nelson Wernesbach, Técnico de Administração do INCRA, ora à disposição da ....... SUDEPE, para exercer, em Brasilia, o cargo em comissão de Assessor, código DAS-102.1, integrante do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, à que se refero o Decreto número 74.849, de 8 de novembro de 1974. — Josias Luiz Guimarães.

# PORTARIA N.º 47, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1975

Superintendente da Superintendêncina do Desenvolvimento da Res-ca — SUDEPE, usando das atribui-ções que lhe confere o artigo 10 do Decreto 11.º 73.632, de 13 de fevereiro

de 1974, e
Considerando a necessidade de serem adotadas medidas de proteção a
determinadas espécies ameaçadas no
Estado do Amazonas, especificamente

Estado do Amazonas, especificamente aquelas que participam em maior escala das capturas levadas a efeito pela frota industrial;

Considerando a atual fase de insplantação do Centro de Pesquisas ictiológicas de Manaus, que se incumbirá dos estudos relacionados com administração dos recursos resqueivos definitativação dos recursos resqueivos pesqueivos des companios de la companio de companios de la companio de la companio del la companio de la administração dos recursos pesqueiros da Região;
Considerando, ainda, o teor das re-

Considerando, ainda, o teor das re-comendações a que chegaram os par-ticipantes da reunião realizada em Manaus, com a presença de pescado-res e autoridades ligadas às ativida-dades pesqueiras, no dia 3 do mês corrente, na sede da Diretoria Esta-dual do Ministério da Agricultura no Estado do Amazonas: Estado do Amazonas:

Estado do Amazonas;
Considerando mais o que consta do processo SUDEPE n.º 402-75, resolve;
Art. 1.º Fica proibida a captura, un todo o Território do Estado do Amazonas, de indivíduos das espécies abaixo indicadas, em tamanho inferior ao estabelecido neste ato:

عدد و در المواد و	Nome Clentifico	Tamanho Minimo
— Pirarucu	Arapaima gigas (Cuvier)	1,50m 0,55m 0,25m 0,15m

Art. 2.º Aos infratores da presente Portaria serão aplicadas as penalidades previstas no parágrafo único do Artigo 56 do Decreto-lei n.º 221, de

Art. 3.º A presente Portaria entra-rá em vigor na data de sua publica-ção, revogadas as disp-sições em con-trário, especialmente a Portaria nu-mero 404, de 22 de agosto de 1974. — Josias Lutz Guimarães.

DOCUMENTO ILEGIVEL

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PORTARIA N.º 143, DE 7 DE FEVEREIRO DE 13/15

C Reitor da Universidade Federal do Golás, usando de suas atribulções legais e estatutárias, resolve:

Designar Walter Machado Oliveira, Oficial de Administração, Nivel 12-A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério de Educação e Cultura, à disposição da Universidade Federal de Golás, para exercer a Função Gratificada, Símbolo 1-F, de Assessor Técnico. — Paulo de Bastos Parillo.

PORTARIAS DE 13 DE FEVEREIRO DE 1975

O Reitor da Universidade Federal de Golás, usando de suas atribuições legais e estatutárias e da competência delegada pelo Decreto n.º 73.987, de 24 de abril de 1874, resolve:

N.º 158 — Conceder exoneração, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei mimero 1.711, de 28 de outubro de 1952, a partir de 1.º de março do corrente, a Carlinda Campos Carvalho, ocupante do cargo de Enfermeiro, Nivel 21.B, integrante do Q. U.P-U.F. Go, lotada no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina.

N.º 162 - Concader exonession, N.º 162 — Conceder exerce and de acordo com o artigo 75, item I, da Le número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a partir de 1.º de fevereiro do corrente, a Josias Rosa da Silva, ocupante do cargo de Le abrista Código P-1603.4, integrante do .... Q.U.P-U.F. Go, lotado no Instituto de Patologia Tropical. — Paulo de Bastos Perillo.

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA N.º 55, DE 6 DE FEVEREIRO DE 1975

O Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, uasndo de atribui-ções legais e estatutárias, resolve:

Nomear, de acordo com o artigo 12, item III da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, Otávio Repouços i-lic para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Diretor da Divisão de Manutenção do Departemento de Departemento de Departemento de Resta Vision de Actionia de Visas de Manta Pisica da Leitoria da ...
UFES, criado pelo Decreto número
70.840 de 17 de julho de 1972. — Má-timo Borgo Filho.

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PORTARIAS DE 12 DE FEVEREIRO DE 1975

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, resolve:

N.º 129 - Dispensar o servidor An 

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO I CULTURA

servicor António Glicerto des Anjos,

A despesa sere atendida pela de-tação da rubrica 3.1.1.1.1 — Pessoa Civil — 0205 — Grafificação de re-presentação de Gabinete, ficando o servidor suje-to à prestação de 40 (quarenta) horas semanais de traba-lho no mínimo. — Educado Orfio Cisalpino — Reitor

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA N 160, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1975

O Vice-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 48.598, do 33 do julho de 1960, resolve:

Aposentar, de acordo com o artigo 176, item III, da Lei nº 1,711, de 28 de outubro de 1952, observado o item II de artigo 102 da Censtituição.

Gervásio Fimentel, matricula número 2-119.524, no cargo de Auxiliar de Portaria, código GL-303.7.A, do Quadro Unico de Pessoal — Parte Permanente desta Universidade, com exercício junto a Faculdade de Arquitetura. — Alvaro Barcellos Ferreira

(Proc. nº 811-75).

### UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIAS DE 4 DE FEVEREIRO DE 1975

O Rentor da Universidado Federal do Rio de Janeiro, no uso dan dicibnições que lhe confere o artigo 12, alinza "j" do Estatuto desta Universidade, apre-vado pelo Degreto n.º 66 355, de 20 de múrço de 1970, resolve:

de março de W/U, resolve:

N.º 33 — Exonerar de acordo com
o artigo 75 de Lei número 1.711 de 23
de outubro de 1952, Hometério Fernandro de Rego, Professor de Encine
Agricola Técnico, EC-505.19. de Cargo en Comissão, símbolo 5-C, de Diretor do Colégio Técnico Agricola —
"Ildefonso Simões Logra", de Quadro
de Pessoal — Parte Permanente —
desta Universidade, a partir de 1 de
leverciro de 1975, em virtude da dessação das atividades daquele Colégio.

N.º 35 — Designar de agordo com-

N.º 35 — Designar, de acordo com os artigos 72 e 73 da Lei número ! 711 d: 1952,

Aurélio Nascimento, Oficiel de Administração, AF-201.14.B, matricula número 1.252.914, do Quadro Vnico de Pesosal — Parte Permanente — desta Universidade, para Diretor — Substituto da Divisão de Legislação e Controle de Cargos e Empregos, do Departamento de Pecosal, simbolo 6-C, nos impedimentos legais e eventuais de seu Titular. — Fausto Aita Gai.

ce o art. 33 da Lei número 5.227, de 18 de janeiro de 1967 e tendo em vis-ta o disposto nos artigos 11 e 12 de Decreto-lei número 200-67, resolve:

N.º 4 — I — Delegar competência ao Senhor Walter Ferreira Dourado, ocupante do cargo em comissão de Se-tretário-Geral, para, nos impedimen-to: do Superintendente:

a) Dirigir as atividades da Superin-tendência, baixando os atos norma-tivos necessário ao funcionamento dos

b) Cumprir e fazer cumprir as de-sões do Conselho Nacional da Borcisões do

racha;
c) Supervisionar a execução dos planos aprovados pelo Conselho Nacional da Borracha.

d) Assinar expedientes dirigidos a forçãos da Administração Pública Pe-deral, Estadual e Municipal, Autar-quies e Sociedades de Economia Mista.

II — Revogar a Portaria N-06-74, de 6 de junho de 1974, e demais disposições em contrário.

III — Esta Portaria entra em ci-gor a partir desta data.

N.º 5 — Delegar competência ao Senhor Walter Ferreira Dogrado, Se-cretário-Geral para ordenar o empa-nho de despesas, de acordo com o orgamento aprovado para a Superinten-dência da Borracha, bem como assi-nar as respectivas autorizações de pagamento:

II — Praticar todos os atos perti-nentes à administração de pessoal, inclusive apreciar e decidir sobre p.eitos de funcionários, em qualquer es-calão, respeitadas as disposições regu-lamentares em vigor.

- Excluem-se do disposto na alinea anterior os atos que digam res-peito à admissão, dispensa, comissio-namento. promoção, transferência o aplicações de sanções a servidores em exercício na Superintendência.

IV — Revogar as Portarias N-07-74 e N-09-74, de 6 a 5 de junho de 1974, respectivamente.

V - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

O Superintendente da Borracha, no uso das atribuições que lhe confe-re o art. 33 da Lei número 5.227, de 18 de janeiro de 1967 e tendo em /i3-ta o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei n.º 200-67, resolve:

N.º 6 — Delegar competência à Senhora Dalva Duarte Besouchet, ocupante do Cargo em Comissão de Diretora da Divisão de Administração para, nas substituições do Secretário-Geral, exercer as mesmas funções delegadas ao titular do bargo pelas Portarias N-4-75 e N-5, ambas de 31 de janeiro de 1975.

# MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

### SUPERINTENDÊNCIA DA BORRACHA

PORTARIA P-18, DE 32 DE JANEIRO DE 1975

O Superintendente da Borracha, no uso das atribulções que lhe confe-re o art. 33 da Lei número 5.227, de 18 de janeiro de 1987, resolve:

I - Designar o Schhor Guilherme Alves Bruno para exercer a função de Confiança de Chefe do Serviço de Tesouraria, a partir da presente data.

— Stésio Henri Guttion, Superinten-

# PORTARIA P-23/75, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1975

O Superintendente da Borracha, no uso das atribulções que lhe confe-re o art. 33 da Lei número 5.227, de 18 de janeiro de 1967 e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria número 119, de 25 de junho de 1973, do Ministro da Indús-tria e do Comércio, resolve:

I — Dispensar, de acordo com e Contrato de Trabalho firmado em 6 de junho de 1973, o Senhor Jorge Augusto dos Santos Cantanlicde, dos encargos inerentes à função de Coordenador do Projeto de Implantação de Execução do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal ..... (PROBOR), a partir da presente data.— Stésio Henri Guitton, Superintendente.

Decreto número 88.798, de 9 de ju-nho de 1971, resolve

nho de 1971, resolve

I — Determinai o reajustamento de salários e gratificações do Pessoal da Superintendência da Borracha, da Secretaria do Conselho Nacional da Borracha e do Programa de Incentivo da Produção de Borracha Vegetal (PROBOR), de acordo com o disposto no Decreto-lei número 1,348, de 24 de outubro de 1974, e na conformidade das tabelas aprovadas pelo Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, por despacho exarado no Processo MIC-106.042-74, e publicadas no Diário Oficial da União de 16 de janeiro de 1975. — Stésio Herri Guitton.

POPTARIAS DE 31 DE JANEIRO DE 1975

O Superintendente da Borracha, no II — Esta Portaria entra em vigor uso das atribuições que lhe confe-necta data. — Stésio Henri Guitton.

# TERMOS DE CONTRATO

PRESIDÊNCIA DA

pelo Decreto número 71.133, de 21 de setembro de 1972, com sede em Bra-silia. Distrito Federal, e serviços nesta 

> DOCUMENTO ILEGÍVEL DOCUMENTO MANCHADO

tenerio do Ministro de Estado Chofe to em 2 (duas) vins na presença das Ga Secretaria, através da Portaria testemunhas abaixo.

numero 0.39-E, de 24 de setembro de 1974, unhos em vista a necessidade de 1975. — José Pelucio Ferreira. — Ze-1974, undo en vista a necessidade de regulir a aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento rundo Nacional de Descrivolvimento Centifico e Tecnológico (FNDCT), acuata e Cadominado Fundo, em projeto a cargo do Instituto de Química, celebram o presente Convênio sob as seguintes Clásulas:

..Cláu-ula primerra qualidade de Secretaria Executiva do 

dez mi etuzciros), na forma da auto-rização do Exmo. Senhor President. rização do Extrio. Sennor Frestaeno.

d) República dada na Exposição de Motivos número 377-B de 28 de novembro de 1974, a serem desembolsados à conta dos recursos do Fundo.

Clausula segunda — 1. Os recursos Sercio liberados pela FINEP de acordo com cronograma a ser estabeleci-do previamente, consoante as dispo-siças fixadas para a execução orçamentaria e es objetivos do Decreto-Lei n.º 719-69, para aplicação no prolo compreendido no Programa de S-Graduação e Pesquisa em Química.

2. A FINEP poderá solicitar do Benesseinio a revisão do cronograma de inicial, de medo a ajustá-lo às reals D.

nerezeldades do projeto. Cláusula ferceira — O Beneficiário se compromete a:

Colaborar com a FINEP, quan do vilcitado, na formulação e anális; de programas e projetos de inte-resce para o desenvolvimento cienti-

c) e trenclógico; b) Permitir à FINEP a permanente 

c) Aplicar recursos de contraparti da na execução do projeto referido no item 1 da Cláusula segunda, conform. indicado no rogPrama apresenta-do à FINEP, pelo Beneficiário, em 19 Se aczemro de 1973.

d) Pagar, com recursos próprios as recas de publicação deste instru-

mento.

Clánsula quaria — O Beneficiário si inetera à apreciação da FINEP, relatorios semestrais de execução do projeto devidos a contar da data de a contur deste Convênio, contendo informações sobre o andamento do projeto e financeiras sobre as aplicaprojeto e mancerras sobre as apinca-ções de recursos deste Convênio e de contrapartida. O Relatório final será apresentado na data estabelecida pa-ra a prestação de contas (Cláusula q: nta, item 1).

Clausula quinta — 1. efetuados com os recursos de que trata a Cláusula primeira deste Convênio, serão objeto de prestação de contas à FINEP e à Inspetoria Geral de Finanças da Secretaria, doravante de-nominada Inspetoria, em data a ser estabelecida através de cartas as quais ficarao fazendo parte integrante des-te Convênio e de cujo teor será clenti icada a Inspetoria

3. No caso de não utilização pelo Beneficiário dos recursos recebidos Beneficiário dos recursos recebidos per força deste Convênio, o saldo deveri ser recolhido ao Fundo até 60 (sessenta) dias a data estabelecida para a prestação de contas.

Clausula sexta - O Beneficiário de lega competência ao Instituto de Qui-mica, para receber junto à FINEP, os recursos previstos na Clásula pri-meira, bem como para exercer em nome do Beneficiário, as atribuições necessárias à perfeita execução deste

ferino Vaz. (N q 05502 - 13-2-75 - Cr\$ 172,00)

### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

Instrumento particular de Contrato que entre si fazem a Universidade Federal de Goiás e a firma Walter D. Fischer & Cia. Ltda., para for-necimento e assentamento de mesas cubas e prateleiras em aço inoxidá-vel no Laboratório da Anatomia Animal do Campus Universitário, como seque:

A Universidade Federal de Goiás, A Universidade regeral de Golas, a seguir designada apenas nela sigla UFGO., entidade autsrquica de ensi-no superior, criada pela Lei número 3.834, de 14 de dezembro de 1960, nesto ato representada na forma dos atos legais, emanados da Reitoria pelo Su-perintendente do Campus Universitáperintendente do Campus Università-rio, engembeiro Irineu Borges do Mas-cimento, branleiro casado, aqui resi-dente e domiciliado e a firma Walter D. Fischer & Cia. Ltda., a seguir denominada apenas Contratada, com sede em Porto Alegre — Rio Grango do Sul pesta por representada pala do Sul, neste ato representada pelo seu sócio-gerente Senhor Walter Dorseu socio-gerente Bennor Watter Dor-nelles Fischer, brasileiro, casado, resi-dente e domiciliado em Porto Alegre, celebram o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

Clausula primeira - A Contratada ciaistia primetra — A Sontratada, nos termos de sua proposta de 10 de dezembro de 1974, em conformidade com a dispensa de licitação do Magnífico Reitor, Professor Paulo de Bastos Perillo, do dia 5 de dezembro do 1975, deverá fornecer e assentar para HIFGO as mesa culha a protediras de aço inoxidável, para o Laboratório de Anatomia Animal, no Campus, conforme Edital e Especificações—Edital n.º 012-74.

Clánsula segunda — A Contratada se obriga a obedecer na execução, as especificações e os projetos especifi-cos, fornecidos pela UFGO. Cláusula terceira — O prazo para entrega dos services

entrega dos serviços, Objetos deste Contrato à UFGO, por parte da Con-tratada é de 90 (noventa) días após o Oficio Ordem de Serviço, de 13 de dezembro de 1974.

Cláusula quarta — O pagamento dos serviços contratados será efetuado parcelado de acordo com a entrega

dos mesmos.

Clausula quinta — Os serviços exe-Clausula quinta — Os serviços enocutados só serão pagos após devidamente atestados pelo engenheiro físcal designado pela UFGo.
Clausula sexta — O valor global deste Contrato é de Cr\$ 649,763,64 (Seiscentos e quarenta e nove mil.

(seiscentos e quarenta e nove mil, setecentos e sessenta e três cruzeiros

setecentos e sessenta e tres cruzeiros e sessenta e quatro centavos), que serão pagos na modalidade estabelecida na Cláusula Quarta.

Cláusula sétima — Se no decorrer da execução, forem constatados pequenos acréscimos às quantidades levantadas, tais acréscimos aos preços unitários da proposta, ensejarão additivo contratal desda que hai recursos o contratual desde que haja recursos à

Clausula oitana - A despesa com a execução do presente Contrato ocor-rerá à conta de recursos oriundos de

Cláusula décima - Qualquer rea justamento de preço somente so fará por motivo de força maior plenamente justificado, na aplicação da fórmula prevista no artigo 6.º do Decreto-lei n.º 185, de 23-2-67. Clóusula décima primeira — A Con-

tratada efetuará uma caução de Cr\$ 50.000.00 (cinquenta mil cruzeiros), a titulo da garentia, que podera ser em moeda corrente ou títulos da divida pública ou ainda títulos emitidos ou garantidos por estabelecimentos de credito oficial. Clánsula décima-segunda — A cau-

ciaesad accima-seguna — A cau-ció responderá pelo fiel cumprimento das obras contratadas e reverterão em beneficio da UFGO, se a contratada der causa à rescisão contratual. Cláusula décima-terceira — A cau-

ção só será devolvida pela UFGO, a contratada, depois de decorridos 30 (trinta) dias do "Termo de Recebimento Definițivo da Obra".

Clausula decima-quarta — A Con-tratada pagará por cada infração contratual 1 % (um por cento) de multa sobre o valor do Contrato. Clausula decima-quinta — Caso os

serviços não sejam entregues na data prevista, a contratada fica sujeita a multa de 0,25 % (zero virgula vinte e cinco por cento), incidente sobre o preco global contratado por dia de atraso dos mesmos, a juizo da Supechriconiencia,

Clausula décima-sexta — O presen-te Contrato poderá ser resciudido independeutemento de interpelação ju-

j -- per acordo entre contratantes
 ou resilição;
 2 -- pela UFGO, se a Contratada,

reincidente ou deliberadamente, dei-xar de observar os projetos e especificações ou empregar material de in-ferior qualidade; 3 -- pela UFGO, se ocorrer qual-

5 -- pela UFGO, se ocorrer qual-quer dos casos previstos no artigo 1.393 do Código Civil; 4 -- pela UFGO, se a execução dos serviços vier a ser transferida a ter-ceiros, no todo ou parte, sem a sua prévia analencia. 1603, no 1840 od parte, 2 Évia anuência. Cláusula décima-sétima -

vidas de qualquer natureza que surgi-rem durante a execução deste Contrato e não forem solucionadas pelos cratto e nati forem solucionadas pelos contratantes dentro de 15 días, serão dirimidas por arbitramento, na forma dos artigos 1.031 e seguintes do Co-digo Civil. Cláusulo décima - oitava — Para

questões resultantes do presente Con-trato fica eleito o foro da comarca de Golânia, Capital do Estado de Golas, com renúncia expressa de qualquer outro, ainda que previligiado.

E por acharem assim, justo e con-tratados, firmam o presente instru-mento em 4 (quatro) vias de igual teor, com as testemunhas abaixo assi-

nadas, a tudo presentes.

Goiánia, 17 de fevereiro de 1975. —

Erineu Borges do Nascimento — P.p.

(N.º 1260-B — 19-2-75 — Cr\$ 175,00)

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA

Termo Aditivo nº 1-15, ao Contrato número 8-74, assinado entre a Uni-versidade do Pará e a Construtora Progresso Limitada, como a ceguir

A Universidade Federal do Pará representada neste ato pelo seu Mag-nifico Reitor Professor Clóvis Cunha os recursos previstos na Casada primeira, bem como para exercer em meira, bem como para exercer em meira de presente contrato contracto co

Ordem Bancária remetida ao Banco Pavilhão no Setor de Aulas Teóricas do Brasil S. A., agência Central — dos Centros Básicos, em terreno do campus Universitário, de acordo com

campus universitario, de acordo com as clâusulas e condições seguintes: Primeira — A Contratada, por for-ça do presente instrumento, se obri-ga a executar a construção de um (1) Pavilhão no Setor de Aulas Teóricas dos Centros Básicos, em terreno do Campus Universitário, de acordo com o projeto, cálculos estruturais, especificações, disposições gerais, mstrução de concorrência e demais elementos que integram o Contrato número 8-74.

Segunda — Os serviços serão exc Segunda — Os serviços serão executados em regime de empreitada pelo preço global de Cr\$ 594.651.00 (quinhentos e noventa e quatro mil quinhentos e sessenta e um etuzeiros, correspondente ao valor do Contrato número 8-74, para efeito de cálculo de serviços extraordinários.

Terceira — Todas as demais clausulas do Contrato número 8-74, continuarão em pleno vigor, excetuandose a Cláusula Décima-Quarta, cujo tecr passa a ser o seguinte:

"A despesa oriunda do presento

"A despesa oriunda do presento Contrato, correrá por conta do sub-elemento 4.1.1.1 — Programa de Trabalho 0844.208-1482, do orçamento de 1975, estando devidamento empe-nhado sob os números 540 a 553-75.

E por estarem de acordo, assinam o presente Termo Aditivo em cinco (5) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Belém, 3 de fevereiro de 1975. Clóvis Cunha da Gama Malcher Construtora Progresso Limitada. Oficio nº

Termo Adtivo nº 2-75, ao Contrato número 8-74, assinado entre a Uni-versidade do Pará e a Construtora Progresso Limitada, como a seguir se declara.

A Universidade Federal do Pará, representada neste ato pelo seu Mag-nífico Reitor Professor Clóvis Cunha da Gama Malcher, de agora em dian-te denominada simplesmente Contratante e a firma Construtora Progres-so Limitada, estabelecida nesta cidade à rua dos Mundurucus, número 4116, CGC nº 04933619-001, de agora em diante denominada simplesmente em diante denominada simplesmente Contratada, de mútuo acordo resolvem assinar o presente Termo Aditivo referente a construção de um (1) Pavilhão no Setor de Aulas Teóricas dos Centros Básicos, em terreno do campus Universitário, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

Primeira — A Contratada, por torça do presente instrumento, se obriga a executar a construção de um

ga a executar a construção de um (1) Pavilhão no Setor de Aulas Teó-ricas dos Centros Básicos, em terreno ricas dos Centros Basicos, em terreno do Campus Universitário, de acordo com o projeto, cálculos estruturais, especificações, disposições gerais, instrução de concorrência e demais elementos que integram o Contrato número 8-74.

- Os serviços serão exe-Segunda — Os serviços serão executados em regime de empreitada pelo preço global de Cr\$ 594.651.00 (quinhentos e noventa e quatro mil quinhentos e sessenta e um cruzeiros, correspondente ao valor do Contrato número 8-74, para efeito de cálculo de serviços extraordinários.

Terceira — Todas as demais clausulas do Contrato número 8-74, continuarão em pleno vigor, excetuandose a Cláusula Décima-Quarta, cujo teor passa a ter a seguinte redação: Seaunda

teor passa a ter a seguinte redação:
"A despesa oriunda do presento
Contrato, correrá por conta do sunelemento 4.1.1.0 — Programa do Trabalho 0844.208-1482, do orgamento de
1075 estando doridamento membro 1975, estando devidamente empenha-

do sob os números 554 a 567-75".

E por estarem de acordo, assinam o presente Termo Aditivo em cinco (5) vias, na presença das testemunhas

Belêm, 3 de fevereiro de 1975. Clóvis Cunha da Gama Malcher Construtora Progresso Limitada. Officio nº 98

DOCUMENTO ILEGIVEL

Rermo Aditivo nº 3 (três) ao Conve-nio que entre si celebram a Uni-versidade Federal do Pará e a Bav-co da Amazônia S. A. para exe-cução do FIPAM.

À Universidade Federal do Para, daqui por diante referida simplesmente como Universidade, representada pelo seu Magnifico Reitor, Dr. Clóvis Cunha da Gama Malcher, braleiro, casado, advogado, domiciliado e residente nesta cidade; e o Banco do Amazônia S. A. deravante denominado BASA, CGC-MF 04-902-279-1, representado por seu Presidente, Doutor Francisco de Jesus Penha, brasirepresentado por seu Presidente, Don-tor Francisco de Jesus Penhu. Drasi-leiro, casado, banqueiro, domiciliado e residente nesta cidade, acordam na melhor forma de direito a celebra-gão deste Aditivo ao Convenio em vi-gor, visando à execução do Projeto que enter si celebram a Tripuração do gor, visando à execução do Projeto que entre si celebram a Universidade soal para Programas de Desenvolvimento de Areas Amazônicas, identificado pela sigla FUPAM, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, portencente à Universidade, mediante as cláusulas e condições seguintes: Primeira — Fica prorrogado por mais um ano, a contar do dia primeiro de janeiro de 1975, o Convéxio que entre si celebra ma Universidade e o BASA, para execução do FIPAM, e respectivos primeiro e segundo A ditivos ao mesmo.

e respectivos putivos ao mesmo.

Segunda — As demais cláusulas e condições do Convênio inicial, com as alterações de seus Aditivos, contimuam integralmente em pleno vigor. E, por estarem assim justos o convencionados, firmam o presente Aditivo em cinco (5) vias de igual teor e forma, na presença das testemumbas abaixo.

Belém, 23 de janeiro de 1975. — Dr. Clóvis Cunha da Gama Malcher — Dr. Francisco de Jesus Penha. Testemunhas: Metrevaldo Jornais Patva — Maria de Nazare Cardoso. Oficio nº 98

Convênio que celebram entre se a Universidade Federal do Pará e a Biblioteca Regional de Medicina de Organização Panamericana da Saude, para o estabelecimento e fun-cionamento de um Sub-centro de Informação Bio-médica na Biblioteca Central da Universidade Federal

Aos doze (12) días do mês de de-zembro de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Sª binete do Mag-nífico Reitor da Universidade Fo-deral do Pará, em Eelém do Pará, presentes a Universidade Federal do Pará, de agora em diante denomina-da apenas UFFa, e a Bibliotoca Re-gional de Medicina da Organização Panamericana da Saúde, de agora, em diante denominada apenas BIREME. diante denominada apenas BREME, resolvem celebrar o presente Conve-nio, visando ao estabelecimento na Biblioteca Central da Universidade nio, visando ao estabelecimento ha Biblioteca Central da Universidade Pederal do Pará, de agora em diante denominada apenas BC, de uma Seccional do Sistema de Informeção e comunicação Bio-médica (Sub-Centro), estabelecida pela BIREME no Procil a qual será regida conforme de la BIREME no Classificado e seu acervo à dispensor de la Comunicação pela BIREME no Classificado e seu acervo à dispensor de la Comunicação pela BIREME no Classificado e seu acervo à dispensor de la Comunicação pela BIREME colora o seu acervo à dispensor de la Comunicação pela BIREME colora o seu acervo à dispensor de la Comunicação pela BIREME colora o seu acervo à dispensor de la Comunicação pela constructiva de la Comunicação pela BIREME pela BIREME pela BIREME pela constructiva de la Comunicação pela BIREME pela BIREME pela BIREME pela constructiva de la Comunicação pela BIREME pela BIREME pela BIREME colora de la Comunicação pela BIREME pela

conspreende entre seus objetivos, os seguintes programas: provisão de serviços de informação científica ace profissionais das Ciências da Saúde, trabalhando nas regiões do Pará, Amapá e Maranhão, treinamento continuo de pessoal hibliotecário; intercâmbio de publicações e material audivisual; fortalecimento das bilioteca das regiões dicadas em seus acervos de materiais biblicgravicos e audivisuais; e intercâmbio de pessoal decentre a BIREME e o Sab-Centro.

Clausula Segunda — A BC aveita, o concenção da atender com seu acervo bibliográfico e os recursos regionass, as solicitações de empréstimos invertibilotecários no campo das Ciências da Saúde, no plano local e regional.

BIREME olaborara de Bermamento de Serviços de Informação Cientílica Cláusula Décima-Quarta — A BIREME colaborara com a BC para completo r seu acervo bibliográfico e os recursos regionass, as solicitações de empréstimos invertibilotecários no campo das Ciências da Saúde, através de para completo r seu acervo bibliográfico e os recursos regionass, as solicitações de compositores de completo r seu acervo bibliográfico e os recursos regionass, as solicitações de para completo r seu acervo bibliográfico e os recursos regionass. As solicitações de compressimos invertibilitata, ou cutros.

Cláusula Décima-Quarta — A BIREME fornecerá gratuitamente à la BIREME fornecerá gratuitamente à la sude, através de para completo r seu acervo bibliográfico e se providencias da Saúde, através de para completo r seu acervo bibliográfico e se providencias da Saúde, através de para completo r seu acervo bibliográfico e se providencias da Saúde, através de para completo r seu acervo bibliográfico e se providencias da Saúde, através de para completo r seu acervo bibliográfico e se providencias da Rede Nacional de persoal proportionada por todas as bibliotecar som para providencias da Rede Nacional de persoal proportionada por todas acerdenados providencias da Rede Nacional de persoal proportionada per consector proportionada per consecutados por todas acerdenados per c

volverá esforços no sentido de obter a cooperação das bibliotecaz hiomé-dicas da região que lhe compete, necessária à consecução dos objetivos deste Convênio. Essa cooperação consistirá fundamentalmente na realização dos levantamentos bibliográ-ficos e na reprodução gratuita de

ncos e na reprodução gratuita de documentos não existentes nas bibliotecas solicitantes.

Ciausula Quarta — A BC adotará os formulários de empréstimos interibiliotecários que lhe serão fornecidos pela BIREME e seguirá as normas estabelecidos por essa Buliotecas

Clausula Quinto — A BIRENE 10embolsara à BC somente as despesas de custo do fornecimento de capias às Bibliotecas alendidas pelo Sub-Centro, através do Serviço do Em-préstimos Interbibliotecários, a vista dos relatórios estatísticos mensais do Sub-Centro e demais decumentos necessários.

Clausula Sexia -- A BC organizară

Clausula Secia — A BC organizará com a BIREME um programa conjunto de educação nas áreas de informação e biblioteconomia.

Clausula Sétima — A BC realizará cursos para terinamento de pessoal bibliotecário das Bibliotecas Bomédicas da área compreendida pelo Sub-Centro.

Contro.

Cláusula Otiana — A BC compromete-se a permitir a participação de membros do corpo docente, especialistas em Biblioteconomia Biomédica, nos programas educacionais, a serem realizados na BIREME.

Cláusula Norma

realizados na BIRGEME. Cláusula Nona — A UFPa. compro-mete-se a proporcionar o pessoal ne-cessário para as diversas atividades deste Convénio, e a manter e pagar antecipadamente as assinaturas de periódicos assinados pela Biblioteca

Cláusula Décima - A BIREME assume o compromisso de proporcionar suxilio financeiro a bolsas de estu-do aos bibliotecários e pessoal as-sistente da BC, assim como de outras bibliotecas biomédicas do Sub-Centro, com o objetivo de participarem dos seus programas de terinamento. As verbas entregues pela BIREME serao utilizadas para pagamento de diárias para bibliotecários e auxiliares, despesas de transporte dentro e fora de Estado e, para pagamento de honorários de hora-cula de professores convidados. convidados.

Clausula Décima-Primeira ctora da BC exercerá a Chefia do Sub-Centro e está autorizada a:

1 — Planejar o treinamento, não só na Capital como também fora, do pessoal responsável pelas Bibliotecas biomédicas

2 — Visitar e assessorar as biblio-tecas do Sub-Centro para colaborar

denominada apenas BC, de dinade de cional do Sistema de Informação e cional do Sistema de Informação e comunicação Bio-médica (Sub-Centro), estabelecida pela BIREME no Brasil, a qual será regida conforme as cláusulas e condições seguintes:

\*\*Cláusula Primeira — Este Convērienda de mpréstimos interbibliotecários, e providenciara para que colaboração semelhante ihe seja proporcionada por todas as bibliotecarios de Redo Nacional de condenada

abrangendo e área do Pará, Amapa BC as publicações da Organização partes, mediante aviso, por escrito, e Maranhão.

Cidasula Terceira — A BC desenCidasula Terceira — A BC desenPanamericana da Saúde, além de dência de 90 (notema) dias.

Cidasula Contra de Organização (nacional de Saúde) (nacional de Sa

Mundial da Saude e da Organização Panamericane da Saúde, além de Suas próprias publicações.

Cláusula Décima-Sexta — Novos projetos pava ação conjunta entre a BRREME é a BC, não previstos neste Convênio, serão resolvidos através de termos aditivos ao presente Convênio.

venio.

Cláusulo Décima-Sétima — A BC
desenvolveré programas próprios de
Disseminação Seletiva da Informação
Científica, em beneficio dos leitores
de sua área.

Cláusvia Décima-Oitava FUREME coloca seu pessoal especia-lizado à disposição da BC para as-sessorá-lo na realização do seus servicor regionais.

Clausula Décima-Nona - O prazo de vigência do presente convênio é de 4 (quatro) anos, contados da data de sus asimatura, renovável por iden-tico periodo, se conveniente ás partes signatárias, por meio de termos adi-tivos, obedecidas as formalidades re-rair.

Clàusula Vigésima — O presente Convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer das

dado por uma à outra, com antece-dência de 90 (noventa) días. Cláusula Vigésima Primeira — Em caso de inadimplemento, por jual-quer das partes, havera notificação, por escrito, para saná-lo, dentro de 30 (trinta) días, findos os quals, não sendo o notificante atendido ficará automaticamente rescindido o pre-

sente Convênio.

Cléusula Vigésima Segunda — Para as questões decorrentes ou oriunas do presente Convênio, quando não solucionadas administrativamente, fica eleito o foro de cidade de Belêm.

E, por estarem assim justas e con-tratadas, firmam o presento Convê-

Tatadas, firmam o presente Convenio.

Fela Universidade Federal do Pará
Frofessor Dr. Clóvis Cunha da Gema
Molcher — Local: Belém — Pará —
Data: 12 de dezembro de 1974. — Fela
Biblioteca Ceutral da UFPa.: Professora Magall Renata Van-Dijk Veri
golino — Local: Belém — Pará —
Data: 12 de dezembro de 1974. —
Pela Biblioteca Regional de Medicina. Pela Biblioteca Regional de Medicina: Professor Dr. Amador Neghme --Local: São Paulo -- Data: 22 de janeiro de 1975.

Oficio nº 98

# EDITAIS E AVISOS

### MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

BANCO CENTRAL DO BRASIL Departamento Administrativo COMUNICADO DEMAP Nº 6

O Banco Central do Brasil comunica que fará realizar a Concorrência número 75-1, cujo Edital assim se resume:

Objeto: Aquisição de material de escritório em geral, destinado à sede deste Orgão, em Brasilia (DF), e às Delegacias Regioneis em: Belém (PA), Recite (PE), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Salvador (BA), São Paule (SP), Forto Alegre (RS), Belo Horizorte (MG) e Rio de Janeiro (CFR). Objeto: · Aquisição de material (GB).

(GB).

Documentação e Proposta — Serão recebidas no dia 21 de marzo de 1975, das 9 as 9,30 horas no 1º andar do Edificio ASBAC, SCS Quadre 12, Lotes 288 e 29C, números 214 e 218, em Brasilia — Distrito Federal.

Cópia do Edital — Podera ser obtida na Sede com e Senhor Secretário Executivo da Comissão Permanente de Licitações e nas Delegacias Regionals com os Senhores Adjuntos dos Delegados, nos endereços abaixo mencionados:

Brasilis — Edifício Brasal II, Sobreloja, Setor Comercial Sul.
Guanabara — Avenida Presidente

Vargas, número 84, sala 907-A.
São Paulo — Avenida Paulista número 1682 — 11º andar.

Belo Horizonte — Rua dos Tupi-nambás número 380.

Recife - Rua Siqueira Campos nu-

mero 368.
Curitiba — Rua XV de Novembro número 631.
Porto Alegre — Avenida Alberto Bins número 348.

Informações — Diariamente, des 5 às 17 horas, nos locais acimo indi-Diariamente, das cados.

Brasilia, 18 de fevereiro de 1975. - A Comissão Permanente de Licitações

COMUNICADO DEMAP Nº 3 O Banco Control do Brasil comuni-ca que fara realizar a Concorrencia numero 75-2, cujo Edital assim co resume:

deste Orgão, em Brasilia (DF), e às Delegacias Regionais, situadas em Belém (PA), Recife (PE), Curibna (PR), Fortaleza (CE), Salvador (BA), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeis TO (GB).

ro (GB).

Documentação e Proposta — Serão recebidas no dia 24 de março de 1975, das 9,30 às 10,30 horas no 1º andar do Edificio ASBAC, SCS Quadra 12, Loces 29B e 29C, números 214 e 218, em Brasilia — Distrito Federal.

Cópia do Edital — Poderá ser obtida na Sede com o Senhor Secretaro Executivo da Comissão Permanente de Licitações e nas Delegacias Regionais com os Senhores Adjuntos dos Delegados, nos enderecos abaixo mem-

Delegados, nos endereços abaixo men-

Brasilia -- Edificlo Brasal II, So-

Brasilia — Edificio Brasal II, Sobreloja, Setor Comercial Sul.
Guanabara — Avenida Presidente
Vargas, número 34, sala 907-A.
São Paulo — Avenida Paulista número 1662 — 11º angar.
Belo Horizonte — Rua dos Tupianambás número 330.

Recife - Rua Siqueira Campos numero 368.

Curitiba — Rua XV de Novembro número 631. Avenida Alberto

Forto Alegre — Bins número 348. Intormações Diarlamente, das

to as 17 horas, nos locais acima .ndi-

acos. Brasília, 18 de fevereiro de 1975. - A Comissão Permanente de hicituções

COMUNICADO DEMAP Nº 8 O Banco Central do Brasil comunica que fará realizar a Concorrência número 75-3, cujo Edital assau so

Objeto — Fornecimento de papois, curtões, pastas de cartolina, e outros materiais não impressos, que se destinam à Sede deste Orgão, em Brasilia (DF), e às Delegacias Regionals, stituadas em Belém (PA', Recite (PE), Curtina (rR), Fortaleza (CE), Sa.vi-dor (BA), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG) e Alo de Janeiro (GE).

Alo de Janeiro (GB).

Documentação e Proposta — Serão recebidas no dia 25 de março de 1971, des 930 as 10,30 heras no 1º andar do Edificio ASEAC, SCS. Quarra 12, Loces 2016 e 29C, números 214 e 218, em Brasina — Distrito Federal Cópia do Edital — Poderá ser obtida na Sede com o Senhar Secretário Executivo da Comissão Permanento de Licitações e nas Delegacias Regionais com os Senhores Adjuntos dos

Objeto — Fornecimento de papeis, pastas de cartolina, cartôes, envelo-pastas de cartolina, cartôes, envelo-pos e outros materiais com serviços de impressão, que se destinam à Sede nais com os Senhores Adjuntos dos

DOCUMENTO ILEGIVEL

Delegados, nos endereços abaixo men-· clonados:

cionados:
Brasilia — Edificio Brasal II, Sobritoja, Seter Comercial Sul.
Guanabara — Avenica Fresidente
Wargas, número 34, sala 907-A.
São Paulo — Avenida Faulista número 1683 — 11º andar.
Belo Horizonte — Rua dos Tupinambas número 380.
Begifa — Rua Sigueira Campos nú-

namons Hunero 300.
Recife — Rua Siqueira Campos número 368.
Curitiba — Rua XV de Novembro número 631.
Forto Alegre — Avenida Alberto

Bins número 348. Informações — Informações — Diariamento da 15 às 17 horas, nos locais acima indi-

oados.

Brasilia, 18 de fevereiro de 1975.

- Λ Comissão Permanente de Lici-

# MINISTÉRIO EDUCAÇÃO E CULTURA

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Instituto de Microbiologia

Chama-se a atenção dos interessa-dos para o edital de Concurso de Ti-tulos para Prof. Adjunto publicado no Diário Oficial de 10 do corrente, na página 500. Dias: 24, 25, 26-2-75

# MINISTÉRIO MINAS E ENERGIA

### PETROBRÁS PETRÓLEO BRASILEIRO S. A.

Alienação do Ex-Navio Propaneiro

Alienação do Ex-Navio Propaneiro
O Departamento de Transporte, comunica aos interessados que se encontra à venda, no Estado, nu Cidade
de Manaus, uma sucata (casco do exnavilo Petrobrás-Sul).

2. As instruções indispensáveis ao
encaminhamento e ao preenchimento
das propostas deverão ser solicitadas
à Divisão de Material do Departamenno de Transporte, sito na Avenida
Chile, 65 — 12.º andar — sala 1,211.
3. Floa por este Edital estabelecida
a data de 14 de março de 1975, para a
entrega das propostas no Edificio da
Petrobrás no endereço acima citado
às 15:00 horas, quando se processará
a abertura das mesmas na presença
dos interessados, — Divisão de Material — DERAN.
(N.º 1.215-B — 17.2.75 — Cr\$ 13,00)

### COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

RESULTADO DO EDITAL CNEN 009-74

De acordo com as condições esti-puladas no Edital n.º 009-74, da Co-missão Nacional de Energia Nuclear, foram distribuídas para o primeiro semestre de 1975, cotas de minérios de interesse para a energia nuclear, entre as firmas abaixo relacoonadas:

### Berilo - Toneladas

Mineração Sertaneja S. A	100
Brasimet — Com. e Ind. S. A.	300
Ubaudo Sales de Fraga & Cla.	210
Tatelo	
Cia. Industrial Fluminense	50
Emilio Rohrmann Com. Ind.	350
Ltda.	300
Nuclebrasc - Empresas Nu-	
cleares Brasileiras	200
Mineração Alto Araguaia S.A.	240
Willieragay Filo Hilliaging Res	
Ind. Brasileira de Minérios Es-	5
noniais Tida.	U

TOTAL .....

1.500

Espodumênio, tepidolita e petalita

Arqueana de Minérios e Metals 5.000 TOTAL ..... PIROCLORO Mineração Catalão de Goiás Metal, e Mineração ...... 4.990

Segundo a nova sistemática, os lotes de berilo espodumênio, lepidolita e petalita serão amostrados por recursomentes das empresas dividas dividas empresas empresas dividas empresas em presentantes das empresas divida-mente credenciados por esta Comis-são através do Departamento de Fis-calização do Material Radioativo.— Hervásio Guimarães de Carvalho, Presidente.

T O T AL .....

### MINISTÉRIO $\mathbf{D0}$ INTERIOR

### CEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

CONCORRENCIA M9 8-75

O Presidente da Comissão de Con-corrência de Serviços e Obras-CCSO, devidamente autorizado pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras de Sancamento — DNOS, tor-na público, que às 15 horas do dia 3 de abril de 1975, fará realizar na

Sede do DNOS, uma Concorrência Bottentuit e José Persiva de Carvapara fornecimento de tubulações em ferro ductil TDK — 7, conexões e peças em ferro fundido, destinados ao sistema público de abastecimento de agua da cidade de Paratí, no Estado do Rio de Janeiro, 6º Diretoria Pegional de Saneamento (6º DRS). Sede do DNOS.

As firmas interessadas poderão ob-ter informações na CCSO e adquirir o Adital com a Especificação nº 8-75, na Divisão Financerra, localizada na Sede do DNOS, à Avenda Presidente Vargas nº 62, ou na sede da 6º DRS, à Avenida Brasil nº 2.540, ambas si-tuadas na cidade do Rio de Janeiro. Estado da Guanabara. — Alfredo Eduardo Robinson Aldridge Carmo.

Ata nº 145-74-A da segunda rivnido da Comissão de Concorrência de Serviços e Obras-CCSO, para abertura dos envelopes de propostas apresentados na reunião do dia vinte e quatro de janeiro de mil novecentos e setenta e cinco, da Concorrência nº 145-74, referente a execução da cortina de concreto armado entre as estavas 0 e 79, e da parede em "L" sobre o muro de arrimo entre as estavas 19 e 99, obras, integrantes do vistema de proteção do Vale do rio dos Sinas, em São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, (12º DRS).

As quinze horas do dia vinte e qua-As quinze horas do dia vinte e quaz-tro de janeiro de mil novecentos e setenta e cinco, reuniu-se, na Sede deste Departamento, a Comissão composta pelo Eng. Alfredo Eduardo Robinson Aldridge Carmo, Presi-dente da CCSO, pelo Procurador Ayrton Manoel D'Avila, pelos Enge-nheiros Albert Amand de Berredo

Declarada aberta a sessão, o senhor Presidente solicitou que os presentes verificassem os cavelopes lacrades propostas que estavam sob a guarda da Comissão, a lini de constatar a inviolabilidade dos mesmos e informou que a Comissão havia examinado o documentação apresertada na reunião anterior e emitido Parcer considerando habilitadas as duas firmas concorrentes, por haverem atendido satisfatoriamente as exigências do Edital no 145-74. Edital nº 145-74.

Depois que os interessados constataram a inviolabilidade dos envelopes de proposta e nada tiveram a declarar, o Senhor Presidente, passoiu a abertura dos referidos envelopes e a leitura dos seguintes totais:

ESUSA — Empresa de Serviços Ur-banos S. A.:

Prazo total para execução: 20 (vinte

Rodio S. A. Perfurações e Conso-

mil e oitocentos cruzeiros).

Prazo total para execução: 20 (vin-

Apos a Comissão ter rubricado as Apos a Comissão ter Intrados apropostas e as demais interessados terem examinado e rubricados as mesmas, o Senhor Presidente, indagou dos presentes se tinham alguma declaração a fazer para constar da Ata da reunião.

Não havendo deciarações e nada mais ocorrendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão às quinze horas è vinte e cinco minutos, autorizando-me, como Secretário, a lavrar a pre-sente Ata, que vai por mim assinada e pelos membros da Comissão.

Rio de Janeiro, vinte e quatro de Rio de Janeiro, vinte e quatro de janeiro de mil novecentos e setenta e cinco. — Humberto Lopes Potyguara da Silva, Secretário. — Alefredo Eduardo Robinson Aldridge Carmo, Presidente da CCSO. — Ayrelon Manoel D'Avila. — Albert Amand de Berredo Bottentut. — José Persalva de Carvallo. membros. de Berredo Bottentuit. - José Pe-ralva de Carvalho. membros.

### SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

CITAÇÃO

O Presidente da Comsisão de Inquérito institutida pela Porcaria mu-mero 14-74, do Superintendente Ad-junto Administrativo da Superirten-déncia do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste SUDECO, no uso de suas atribuições legais, cita:

Wilson Azevedo de Souza, Trabalha-Wilson Azevedo de Souza, Trabalhador GL-402,1, do Quadro im Extinção da extinta Fundação Brasil Central, para tomar vista do Processo Administrativo númreo 3,381 a que responde, por abandono do cargo, e apresentar defesa perante essa Comissão de Inquérito, reunida no Escritório da ....
SUDECO, em Aragarças, Estado de Goiás, dentro do prazo de 16 (quinze) dias a partir de sua publicação, na forma do artigo 222, § 2.º da ..ei número 1.711 de 28 de outubro de .952.

Aragarças, 13 de fevereiro de 1975. — Irahî José Murques — Presidente da CI.

# DISTRIBUIÇÃO DE PRÊMIOS

PROPAGANDA

Lei n. 5.768, de 20-12-1971

DIVULGAÇÃO Nº 1.185

Preço: Cr\$ 1,00

A VENDA

Na Guanabara

Seção de Vendas: Avenida Rodrígues Aives, I

Agência I: Ministério da Fazenda

Agência II: Palácio da Justiça, 3º pavimento — Corredor D — Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasilia

Na sede do D.I.N.

PRECO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00

